

MESTRADO EM ENSINO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO ENSINO BÁSICO

Homologo,

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Enquadramento jurídico

Considerando que, nos termos do artigo 23.º-A do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 19151/2008 de 17 de Julho, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º137, alterado pelo Despacho n.º 7994/2011 de 2 de Junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 107 e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 11574/2012 de 27 de agosto, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 165 — as Unidades Orgânicas devem adotar um regulamento para cada curso de mestrado aprovado pelo presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, o presente regulamento visa estabelecer as normas relativas ao **Mestrado em Ensino de Educação Musical do Ensino Básico**.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento aplica-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Educação Musical do Ensino Básico, doravante designado por ciclo de estudos, ministrado na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e nele se estabelecem as linhas gerais a que este curso deve obedecer.

2 — A aplicação do presente regulamento aos ciclos de estudo conferentes do grau de mestre em domínios de habilitação para a docência faz-se na salvaguarda das normas e condições previstas no Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro, e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO II

Estrutura e acesso ao ciclo de estudos

Artigo 3.º

Natureza e organização do ciclo de estudos

1 — O ciclo de estudos da área científica de Educação Musical, com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) de 146 (Formação de professores e formadores de música) ou 212 (música), assegura, predominantemente, a aquisição, pelo estudante, de uma especialização de natureza profissional.

2- O ciclo de estudos referente ao grau de mestre é organizado de acordo com o sistema de créditos, correspondendo a um total de 120 créditos com as especificidades previstas no decreto-lei nº 43/2007 de 22 de Fevereiro que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, nos termos indicados no seu artigo 6º.

3- O plano de estudos, constante do Anexo I ao presente Regulamento, está organizado de acordo com o regime semestral, correspondendo a 4 semestres curriculares de trabalho dos estudantes.

Artigo 4.º

Estrutura do ciclo de estudos

1 - A estrutura curricular do Ciclo de estudos bem como o número de unidades de crédito correspondentes a cada uma das suas componentes são as constantes no artigo 16º do decreto-lei nº 43/2007 de 22 de Fevereiro que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

1.1. O número de créditos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre na especialidade de Ensino de Educação Musical no Ensino Básico é 120.

1.2. Os créditos a que se refere o número anterior são distribuídos pelas componentes de formação, de acordo com as seguintes percentagens:

- a) Formação educacional geral – 27,5%;
- b) Didáticas específicas – 25%;
- c) Iniciação à prática profissional, incluindo a prática de ensino supervisionada – 40%;
- d) Formação na área da docência – 7,5%.

Artigo 5.º

Acesso ao ciclo de estudos

1 — Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

a) Os titulares do grau de Licenciado em Música, Professores de Educação Musical do Ensino Básico, Ciências Musicais, Estudos Artísticos (vertente Música) ou equivalente legal, ou em áreas afins, que cumpram o estipulado no Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de fevereiro;

b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro em Música, ou equivalente legal, ou em áreas afins, conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo e que cumpram o definido no Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de fevereiro;

c) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido, pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, como satisfazendo os objetivos do grau de Licenciado em Música, Música, Professores de Educação Musical do Ensino Básico, Ciências Musicais, Estudos Artísticos (vertente Música), ou em áreas afins e que cumpram o definido no Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de fevereiro;

d) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido, pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos, desde que cumpram o definido no Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro.

1.1. Os candidatos nas situações previstas nas alíneas a), b) e c) serão admitidos desde que, no cumprimento do artigo 11.º do Decreto-Lei 43/2007, de 22 de Fevereiro, satisfaçam os créditos mínimos de formação aí fixados: 120 créditos em Prática Instrumental e Vocal, Formação Musical e em Ciências Musicais e nenhum destes domínios com menos de 25 créditos.

2- Dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro, os candidatos terão de realizar uma prova escrita de Língua Portuguesa com tarefas de interpretação de texto e composição, da responsabilidade da área científica de Língua Portuguesa da Escola Superior de Educação de Coimbra.

3 — O reconhecimento a que se referem as alíneas b), c) e d) do n.º 1 tem apenas como efeito o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, não conferindo ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau.

Artigo 6.º

Reingresso

1 — Podem requerer reingresso os estudantes que tenham estado inscritos em anteriores edições do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Educação Musical do Ensino Básico.

2 — O reingresso em nova edição do mesmo curso de mestrado faz-se com a apresentação de nova candidatura e com ocupação de vaga especificamente fixada para o efeito, isenta do pagamento de taxa de candidatura.

3 — No caso de não terem sido fixadas vagas específicas para os candidatos que pretendem reingressar, as candidaturas a reingresso no ciclo de estudos serão apreciadas e seriadas juntamente com as restantes candidaturas.

4 — Se as vagas referidas no n.º 2 não forem suficientes para os candidatos que pretendem reingressar, e as vagas para o ingresso na edição do ciclo de estudos, não tiverem sido todas preenchidas, aqueles poderão ocupar estas vagas, até ao seu limite.

CAPÍTULO III

Seleção e seriação

Artigo 7.º

Apresentação de candidaturas

1 — As candidaturas são efetuadas on-line, através do endereço <https://secretaria-virtual.esec.pt/cssnet/page> sem prejuízo do disposto no n.º 1 do art. 9º do Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra — Despacho n.º 11574/2012, de 27 de agosto.

2 — No processo de candidatura deve ser anexado:

- a) Documentos comprovativos das habilitações de que o candidato é titular, com informação das classificações finais (no caso de documento estrangeiro, o candidato deverá apresentar, também, a respetiva tradução), exceptuando as habilitações obtidas na ESEC;
- b) Curriculum vitae;
- e) Outros elementos solicitados no Edital da respectiva edição do ciclo de estudos.

Artigo 8.º

Seleção, classificação e seriação dos candidatos

1 — A nomeação do júri, bem como a definição de procedimentos e de critérios relativos à seleção, classificação e seriação dos candidatos é efetuada pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

2 — Compete ao júri proceder à seleção e seriação dos candidatos.

3 — As reclamações relativas aos processos da seleção e seriação dos candidatos são apreciadas pelo respetivo júri e decididas pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.

4 — A seriação dos candidatos admitidos a concurso faz-se com base em grelha concebida pelo Júri, mediante os seguintes critérios:

$$CA = [2a + b + c] / 4$$

C.A. Currículo Académico:

- a) Média de Licenciatura
- b) Parte Curricular de Mestrado no domínio da música
- c) Outras formações de nível superior na área de música.

Para a determinação do valor final de A aplica-se a fórmula:

$$CC = [a + b] / 2$$

C.C. Currículo Científico:

- a) Comunicações;
- b) Publicações.

Para a determinação do valor final de CPA aplica-se a fórmula: $CPA = [a + b + c + d] / 4$

C.P.A. Currículo Profissional/Artístico:

- a) Experiência de ensino na área de música;
- b) Experiência na área artístico/musical;

c) Experiência em outras áreas artísticas;

d) Experiência de colaboração em atividades de formação de professores.

5.1. Os candidatos admitidos a concurso, serão ordenados tendo em consideração a classificação final obtida por aplicação da fórmula:

$$CF = CA+CC+CPA/3$$

5— Os candidatos admitidos a concurso são selecionados pela ordem de seriação nos respetivos contingentes, tendo em conta a seguinte grelha:

CRITÉRIOS- A-B-C	ESPECIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO
A - Currículo Académico	Licenciatura		1 ponto por cada valor acima de 10 na média final
	Parte Curricular de Mestrado		1 ponto por unidade curricular
	Outras formações de nível superior		3 pontos por cada formação
B - Currículo Científico	Comunicações Científicas	Reuniões Internacionais	1.5 pontos cada
		Reuniões Nacionais	1 ponto cada
		Outras comunicações	0,5 ponto cada
	Publicações Científicas	Revistas Científicas Internacionais	2 pontos cada
		Revistas Científicas Nacionais	1.5 ponto cada
		Livro	5 pontos cada
		Capítulo de Livro	2 pontos
		Outro meio de difusão	0,5 ponto cada
C- Currículo Profissional/Artístico	Experiência de Ensino na área Musical		2 pontos por ano
	Experiência na área artístico-musical		1 ponto cada
	Experiência em outras áreas artísticas		0,5 ponto cada
	Experiência de colaboração em actividades de formação de professores		0,5 ponto cada
	Cursos de valorização profissionais		1 ponto cada
	Participação em Seminários/Congressos		0,5 ponto cada

CAPÍTULO IV

Matrícula e inscrição

Artigo 9.º

Matrículas e inscrições

- 1 — Os candidatos admitidos devem proceder à matrícula e inscrição nos Serviços de Gestão Académica da ESEC, no prazo e condições fixados no Edital.
- 2 — Em caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não comparência para realização da mesma, a UO convoca, no prazo de 5 dias úteis após o termo do período de matrícula e inscrição, através de correio eletrónico, os candidatos constantes da lista seriada, pela ordem aí indicada.
- 3 — Os candidatos a que se refere o número anterior têm um prazo improrrogável de 5 dias úteis, após a receção da notificação, para procederem à matrícula e inscrição.
- 4 — A decisão de admissão apenas produz efeito para o ano letivo a que se refere o início do curso.
- 5 — Os alunos inscritos num ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, que o não tenham completado nos prazos legais, poderão fazê-lo no âmbito de edição subsequente do mesmo curso, se existir.

Artigo 10.º

Prorrogação

- 1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, os alunos que não concluem no prazo legalmente previsto, o relatório final da Prática Educativa, poderão solicitar a prorrogação do mesmo;
- 2 — A prorrogação deve ser solicitada junto dos Serviços de Gestão Académica até ao último dia definido pelo Diretor do Curso para a entrega do relatório final;
- 3 — A prorrogação pode ser solicitada por períodos de um semestre, podendo no máximo ser solicitada até ao limite do dobro do tempo previsto para a realização do trabalho final;
- 4 - Cada pedido implica o pagamento da propina correspondente a 25% do valor definido para o ano em que se realiza o trabalho final, na edição que o requerente integra.

Artigo 11.º

Taxas de candidatura, de matrícula e de inscrição

- 1 — São devidas:
 - a) Uma taxa de candidatura;
 - b) Uma taxa de matrícula no 1.º ano;

- c) Uma taxa de inscrição nos anos subsequentes;
- d) Propinas;
- e) Propina de prorrogação, se aplicável.

2 — Os valores das taxas de candidatura e de matrícula são publicitados no Edital de cada edição de mestrado.

CAPÍTULO V

Gestão do ciclo de estudos

Artigo 12.º

Órgãos de direção e gestão

O ciclo de estudos é objeto de direção e gestão própria, através do Diretor do Curso.

Artigo 13.º

Diretor do Curso

1 — O Diretor do Curso é eleito pelos docentes do ciclo de estudos de Ensino do 1º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com os Estatutos da ESEC.

2 — Compete ao Diretor do Curso:

- a) Assegurar a gestão corrente do curso;
- b) Promover a coordenação entre unidades curriculares, seminários, estágios e outras atividades do ciclo de estudos;
- c) Incentivar atividades complementares e de intercâmbio com instituições similares do mesmo domínio científico;
- d) Acompanhar o desenvolvimento do ciclo de estudos e propor eventuais correções;
- e) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho Técnico-Científico e pelo Conselho Pedagógico da ESEC

CAPÍTULO VI

Avaliação

Artigo 14.º

Da Avaliação de frequência

1. A avaliação de frequência é uma avaliação contínua feita ao longo do período de aulas e revestirá a forma adequada à natureza de cada unidade curricular, podendo incluir:

- a) Provas individuais de avaliação de conhecimentos;
- b) Outros trabalhos individuais;
- c) Projetos;
- d) Trabalhos de grupo;
- e) Outros elementos considerados relevantes.

2. No início do ano letivo, o docente explicitará as condições de avaliação de frequência, os critérios de avaliação e as respetivas ponderações na atribuição da classificação final.

3. A informação final de avaliação de frequência em cada unidade curricular poderá traduzir-se em:

- a) Classificação de avaliação igual ou superior a dez valores, ficando o aluno com possibilidade de acesso a exame de melhoria (a realizar nas datas definidas para o exame de recurso).
- b) Classificação de avaliação inferior a 10 valores, com direito a inscrição em época exame de recurso.

4. A informação final traduzir-se-á numa classificação expressa na escala inteira de zero a vinte valores.

5. Considera-se aprovado, em cada unidade curricular, o aluno que nela tenha obtido classificação igual ou superior a dez valores.

6. Os docentes devem lançar os resultados das avaliações de frequência nas datas indicadas, no calendário de exames, para a época de exame normal, para que o aluno tenha, atempadamente, acesso à sua avaliação.

7. As pautas, devidamente assinadas, são enviadas por email, em formato pdf, para o Serviço de Gestão Académica para o endereço (gestaoacademica@esec.pt) ou por Gestão Documental, dentro dos prazos definidos no ponto anterior.

Artigo 15.º

Do Exame final

1. Em cada semestre existem dois momentos para a realização de exames, a fixar pelo Diretor de curso e definidos no calendário de atividades letivas do curso disponibilizado antes do início destas atividades no site da ESEC:

- a) Exame final – para os alunos que optarem por esta modalidade de avaliação;
- b) Exame de recurso/exame de melhoria – por não se tratar de um momento de avaliação de acesso automático, os alunos que pretendam realizar estes exames, devem fazer inscrição, nos mesmos, nas datas indicadas no calendário de exames.
- c) A inscrição em exame de recurso/melhoria é feita através da Secretaria Virtual (MyESECweb) e está sujeita ao pagamento de uma taxa de acordo com a tabela de emolumentos em vigor

2. O formato adotado para a realização do exame será definido em função das características específicas das competências a avaliar, expresso previamente pelo responsável da unidade curricular, nos termos do Artigo 14.º.

3. No final do ano letivo, e antes do início das atividades do ano letivo seguinte, haverá lugar a uma época especial de exames, de acordo com o definido no calendário das atividades letivas descrito no ponto 1 deste artigo, destinada aos alunos que reúnam as condições as seguintes condições:

- a) finalistas (desde que não lhes falte mais de 18 ECTS para conclusão do curso)
- b) alunos que usufruíram do programa de mobilidade ERASMUS, nesse ano letivo ?
- c) alunos abrangidos por legislação especial (que tenham requerido o respetivo estatuto nesse ano letivo dentro dos prazos legais)
- d) alunos que frequentem disciplinas isoladas desde que usufruam de estatuto referido na alínea anterior

4. Os docentes devem lançar os resultados das avaliações de exame final nas datas indicadas no calendário de exames para que o aluno tenha acesso, atempadamente, à sua avaliação.

5. As pautas, devidamente assinadas, são enviadas por email, em formato pdf, para o endereço (gestaoacademica@esec.pt) ou por Gestão Documental, dentro dos prazos definidos no ponto anterior.

6. Considera-se aprovado nos exames identificados no ponto 1. o aluno que obtenha uma classificação igual ou superior a dez valores.

7. O aluno que obtenha uma classificação entre 7,5 valores e 9,4 valores (inclusive) na prova escrita tem direito a ser admitido a oral.

8. Para a realização de exames orais, o docente responsável pela unidade curricular deve constituir júri com, pelo menos, mais um docente do curso, tendo em conta os seguintes aspetos:

- a) avisar os alunos, com a antecedência mínima de 48 horas, através da publicação de aviso nos materiais de apoio (MyESECweb) ou através de envio de e-mail, indicando a data, hora e sala para a realização da prova;
- b) contactar outro docente do mesmo curso para o coadjuvar na realização da prova ou solicitar, junto do secretariado de vigilâncias, indicação de outro docente para esse efeito;
- c) a ordem de realização das provas deve ser, preferencialmente, alfabética;
- d) a pauta de exame, com as avaliações de todos os alunos, só deve ser lançada após a realização dos exames orais.

Artigo 16.º

Melhoria de nota

1. O exame para melhoria de classificação destina-se aos alunos que tenham obtido uma classificação superior a 10 valores num dos momentos de avaliação identificados no artigo 14.º.

2. A modalidade de prova de melhoria é definida pelo Professor responsável pela unidade curricular, de acordo com o definido no programa da mesma.

3. Nos casos de submissão a exame para melhoria de classificação prevalece a classificação mais elevada que o aluno tenha obtido.

4. O aluno só pode requerer uma melhoria de classificação por unidade curricular.

5. No caso de alunos que tenham concluído o curso, a melhoria de classificação não pode ser requerida depois de solicitada a Carta de Curso ou a Certidão de Registo (Diploma) de conclusão do mesmo.

6. No caso de alunos que tenham concluído o curso e tenham requerido a melhoria de classificação a alguma unidade curricular, só lhe pode ser passada uma certidão discriminativa

das unidades curriculares a que obtiveram aproveitamento, sem qualquer menção de conclusão do curso ou da classificação final de curso.

7. Para as unidades curriculares em que o aluno tenha obtido aproveitamento por avaliação de frequência ou em época de avaliação por exame final, a melhoria de classificação deverá ser requerida na época de avaliação por recurso, correspondente a cada um dos semestres do mesmo ano letivo ou do ano letivo imediato.

8. Para as unidades curriculares em que o aluno tenha obtido aproveitamento na época de avaliação por recurso ou na época de avaliação especial, a melhoria de classificação deverá ser requerida na época de avaliação por exame de recurso, do ano letivo imediato, no semestre correspondente.

9. No caso dos alunos que concluem o curso na época de avaliação por recurso, em qualquer um dos semestres, a melhoria de classificação só pode ser requerida na época especial, do mesmo ano letivo ou do ano letivo imediato.

10. No caso dos alunos que concluem o curso na época de avaliação especial, o requerimento de melhoria de classificação não implica nova inscrição do aluno.

11. O disposto nos pontos 7, 8, 9 e 10 está sujeito a:

- a. Funcionamento de nova edição do ciclo de estudos no ano imediato
- b. Inexistência de obstáculos à realização de melhoria em anos imediatos por força de acreditação da edição junto de entidades competentes, tais como a CCPFC.

12. A inscrição em exame melhoria é feita nos prazos indicados no calendário de exames, através da Secretaria Virtual (MyESECweb) estando sujeita ao pagamento de uma taxa de acordo com a tabela de emolumentos em vigor.

13. Excetuam-se deste regime de avaliação as unidades curriculares de trabalho final/projeto/estágio que se regem por regulamento próprio.

Artigo 17.º

Recurso das classificações finais

1. As classificações finais são divulgadas ao aluno através da Secretaria Virtual (MyESECweb) no programa informático para o efeito.

2. Os docentes devem zelar pelo cumprimento dos prazos no presente regulamento bem como os que vierem a ser definidos nos calendários de exames de forma a não prejudicar o acesso dos alunos aos diferentes momentos de avaliação bem como ao cumprimento dos prazos para efeito dos pontos seguintes.

3. Caso não concorde com a classificação, o aluno dispõe de 5 (cinco) dias úteis, salvo motivo devidamente justificado, após a divulgação do resultado final, para junto do docente efectuar a consulta e a discussão das provas ou trabalhos escritos realizados.

4. Para o efeito, o docente deve disponibilizar um horário aos alunos para, nesse período, discutir com os mesmos as avaliações obtidas.

5. Dessa reunião deve ser lavrado relatório que o docente deverá facultar no caso de o aluno solicitar, posteriormente, a reapreciação das avaliações finais.

6. Este relatório deve ser assinado pelo docente e pelo aluno.

7. Terminados estes 5 dias, e após comprovada reunião com o docente, o aluno pode, caso subsista a não concordância com o resultado, requerer reapreciação/revisão das classificações finais, interpondo recurso devidamente fundamentado dirigido ao Presidente do Conselho Pedagógico.

8. O requerimento deve dar entrada no Serviço de Gestão Académica, nos 2 (dois) dias seguintes à reunião tida com o docente.

9. Sobre este pedido de recurso incide uma taxa a aplicar nos termos da Tabela de Emolumentos.

10.O Serviço de Gestão Académica solicita ao docente o relatório da reunião tida com o aluno e remete o processo, via Gestão Documental, para o Presidente do Conselho Pedagógico.

11.O Presidente do Conselho Pedagógico tem um prazo de seis dias úteis para ouvir o docente, o Professor Coordenador da respectiva Área científica e o Diretor do Curso e remeter o processo, acompanhado de parecer, ao Presidente do Conselho Técnico-Científico.

12.Do teor da deliberação do Conselho Técnico-Científico, deverá ser dado conhecimento ao docente, ao Serviço de Gestão Académica que, por sua vez, informará o aluno.

13.O resultado da deliberação prevalecerá sobre a nota anteriormente obtida.

Artigo 18.º

Regime de precedências

1. Transitam para o 2º ano os estudantes que tenham acumulado pelo menos 42 ECTS.
2. A inscrição na unidade curricular de prática pedagógica implica que, em conjunto com as restantes unidades curriculares em que se inscreve nesse ano letivo corresponda , na máximo a 78 ECTS, tendo acumulado, pelo menos, 42 ECTS.

CAPÍTULO VII

Orientação e Provas

Artigo 19.º

Definição

De acordo com a alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, conjugada com a alínea c) do nº 8 do artigo 16º do Decreto- Lei nº 43/2007, de 22 de fevereiro, o ciclo de estudos integra uma componente de prática de ensino supervisionada a que correspondem as unidades curriculares de Prática Pedagógica, onde se desenvolvem estágios de natureza profissional, objeto de relatório final.

Artigo 20.º

Funcionamento da Unidade Curricular de Prática Pedagógica

1 – A inscrição na Unidade Curricular de Prática Pedagógica implica que, em conjunto com as restantes unidades curriculares em que se inscreve nesse ano letivo isso corresponder, no máximo, a 78 créditos ECTS, tendo acumulado, pelo menos, 42 créditos.

2 – A Prática Pedagógica pode revestir as seguintes modalidades:

- a) Estágio académico e profissionalizante, supervisionado, no âmbito de instituições escolares ou escolas cooperantes, também designado, abreviadamente, estágio;
- b) Projeto de Investigação.

3 – Os estágios supervisionados a que se refere a alínea a) do número anterior realizam-se em contexto de prática de ensino supervisionada em turmas de agrupamento de escola ou de escolas não agrupada, visando o desempenho como futuros docentes.

4 - O Projeto de Investigação deve evidenciar capacidades de investigação, de desenvolvimento, de integração e aplicação de conhecimentos.

5 - A Prática Pedagógica deverá ter lugar em instituições escolares portuguesas.

Artigo 21.º

Avaliação e Duração da Unidade Curricular

1 - O estágio deverá ter a duração fixada no plano curricular do curso, com exceção das horas reservadas à orientação científica e pedagógica que será assegurada pela ESEC, através do orientador/supervisor, devendo as atividades decorrer na escola cooperante por um período de dois semestres, num total de 660 horas (para os 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico).

2 - O estágio não pode exceder a data fixada para o final do ano letivo no qual o estudante está inscrito.

3 - A avaliação do desempenho dos estudantes na prática de ensino supervisionada é realizada pelo docente do estabelecimento de ensino superior responsável pela unidade curricular que a concretiza.

4 - Na avaliação do desempenho a que se refere o número anterior é ponderada obrigatoriamente a informação prestada pela escola cooperante, através:

a) Do orientador cooperante;

b) Do coordenador do departamento curricular correspondente ou o coordenador do conselho de docentes.

5 - A decisão de aprovação na unidade curricular que concretiza a prática de ensino supervisionada depende da avaliação do nível da preparação dos estudantes para satisfazer, de modo integrado, o conjunto das exigências do desempenho docente.

6 - São elementos de avaliação do Relatório de Estágio/Projeto de Investigação:

a) o mérito qualitativo da versão final da dissertação/projeto de investigação/relatório de estágio;

b) o mérito qualitativo do trabalho final de investigação desenvolvido;

c) o parecer do orientador que acompanhou o mestrando;

d) o desempenho do aluno nas provas públicas.

Artigo 22.º

Orientação do Estágio/Projeto de Investigação

1 - Todos os discentes da unidade curricular de PRÁTICA PEDAGÓGICA, na modalidade designada Estágio terão acompanhamento de um docente orientador pertencente à ESEC (denominado orientador/supervisor interno) e um orientador cooperante da instituição de acolhimento (externo).

2 - O orientador cooperante deverá ser profissionalizado no Ensino Básico e experiência profissional mínima de cinco (5) anos de serviço efetivo, na área de Música.

3 - Os discentes que realizem a unidade curricular na modalidade Projeto ou Estágio serão orientados por:

a) Professor (incluindo os equiparados), designado pelo Conselho Técnico-Científico, sob proposta do Diretor de Curso.

b) Por especialista de reconhecido mérito como tal pelo CTC, a quem compete também designá-lo sob proposta da CCM, tendo em conta legislação aplicável.

4 - Podem, ainda, orientar ou coorientar os trabalhos referidos no número anterior, professores e investigadores doutorados de outras instituições, bem como especialistas de mérito na respetiva área científica, nacionais ou estrangeiros, reconhecidos como tal pelo CTC da U.O., sob proposta do Diretor de Curso.

Artigo 23.º

Tramitação do processo

1 — O requerimento para a realização das provas, dirigido ao presidente da ESEC, deve ser acompanhado de:

a) 3 exemplares do relatório final (versão provisória) em papel;

b) 3 exemplares do relatório final (versão provisória) em suporte digital;

c) Parecer favorável do(s) orientador(es) (e do coorientador, quando exista);

2 — Após a defesa das provas deverá ser entregue no Gabinete de Mestrados, no prazo máximo de 10 dias úteis, 1 exemplar em papel e 3 em formato digital da versão final. Nos casos de estágio supervisionado, terá de ser entregue mais um exemplar em suporte papel destinado à escola cooperante.

3 — Após a nomeação do júri, este tem até 20 dias seguidos para decidir sobre a aceitação, reformulação ou rejeição da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio (versão provisória).

4 — Até 30 dias seguidos após a comunicação ao candidato, pelo presidente da ESEC, da decisão referida no ponto anterior, aquele entrega a versão definitiva, se não tiver havido rejeição.

5 — Na formatação final da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio devem ser atendidas normas disponíveis em: <http://www.esec.pt/pagina.php?id=72>

Artigo 24.º

Júri

- 1 — O júri de apreciação da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, sob proposta do Diretor de Curso, nos 20 dias seguidos posteriores à sua entrega (versão provisória) no Gabinete de Mestrados.
- 2 — O júri é constituído por 3 a 5 membros, incluindo o orientador (e coorientador, quando houver).
- 3 — Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação/trabalho de projeto/estágio, nomeados de entre (nacionais ou estrangeiros) professores titulares do grau de doutor, ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC.
- 4 — O júri será presidido pelo presidente do Conselho Técnico-Científico que pode delegar esta competência num professor de uma das áreas científicas que integra o curso, preferencialmente, titular do grau de doutor.

Artigo 25.º

Provas públicas

- 1 — O ato público de defesa da dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio ocorre até 90 dias após a entrega da versão definitiva e só pode ter lugar com a presença de um mínimo de 3 elementos do júri, sendo obrigatória a presença do presidente e do arguente principal.
- 2 — A discussão pública está a cargo de um arguente principal, ainda que nela possam intervir todos os membros do júri.
- 3 — A discussão pública não pode exceder 90 minutos, devendo ser proporcionado ao candidato tempo idêntico ao utilizado pelo júri.
- 4 — Concluídas as provas, o júri reúne para apreciação e deliberação, através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.
- 5 — As decisões do júri são tomadas por maioria dos seus membros.
- 6 — Da reunião do júri é lavrada ata, da qual constam, obrigatoriamente, os votos de cada um dos seus membros e respetiva fundamentação.
- 7 — Em caso de empate, o presidente do júri dispõe de voto de qualidade.
- 8 - A classificação obtida no ato de defesa pública do Relatório Final será ponderada na classificação da(s) respetiva(s) unidade(s) curricular(es) de Prática Pedagógica, de acordo com o explicitado nos seus programas e regulamentos específicos.

CAPÍTULO VIII

Classificações, títulos e diplomas

Artigo 26.º

Classificação das unidades curriculares

1 – A cada Unidade Curricular é atribuída uma classificação final expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20.

Artigo 27.º

Titulação do grau de mestre e sua classificação final

1 — O grau de mestre é titulado por um Diploma/Certidão de Registo e ou por Carta de Curso, nos termos definidos pelo Instituto Politécnico de Coimbra e de acordo com o modelo (“layout”) aprovado em Conselho de Gestão do mesmo Instituto.

2 — Ao grau académico de mestre é atribuída uma classificação final expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

3 — O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação. Em caso de aprovação, a classificação final do Mestrado é expressa por um valor do intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.

4 — A obtenção do grau de mestre exige a aprovação em todas as unidades curriculares do curso de especialização e uma classificação igual ou superior a 10 na componente dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio.

Artigo 28.º

Fraudes

1. Qualquer prova de avaliação deverá realizar-se em condições que salvaguadem:
 - 1.1. A confirmação da identidade do aluno
 - 1.2. A confirmação da entrega da prova e/ou do trabalho
 - 1.3. A deteção da prática de fraude
2. A deteção da prática de fraude na realização de uma prova/trabalho implica:
 - 2.1. A anulação da prova/trabalho
 - 2.2. O impedimento de repetição da prova/trabalho, ou de realização de outra em sua substituição, durante o ano letivo em causa.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 29.º

Casos omissos

Às situações não contempladas no presente regulamento aplica-se o disposto no Despacho n.º 11574/2012, de 27 de agosto, e demais legislação, sendo os casos omissos decididos por despacho do Conselho-Técnico Científico da ESEC ou por despacho do presidente do IPC, ouvido o Conselho de Gestão, nos termos do artigo 27º do Despacho indicado.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor a partir do ano letivo de 2013-14.

ANEXO I

Plano de estudos

Mestrado em Ensino de Educação Musical do Ensino Básico

QUADRO N.º 1

1º Semestre Curricular

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	ÁREA CORDIS
			TOTAL	CONTACTO		
Teoria da Educação	CE	Semestral	84	T-25	3	05.07.01.00.00.00.00
Sociologia da Educação	CE	Semestral	84	T-25	3	05.13.01.00.00.00.00
Desenvolvimento Infantil e Juvenil	PSI	Semestral	84	TP-38	3	05.12.04.04.00.00.00
Psicologia da Aprendizagem	PSI	Semestral	168	T-50	6	05.07.02.00.00.00.00
Ciências Sociais	CS	Semestral	84	T-25	3	05.00.00.00.00.00.00
História da Música Portuguesa	MUS	Semestral	84	TP-25	3	02.02.20.00.00.00.00
Teorias e Correntes da Educação Musical	MUS/MD	Semestral	84	T-25	3	05.07.01.13.00.00.00
Didáctica Musical I	MUS/MD	Semestral	168	TP-50	6	05.07.01.13.00.00.00

QUADRO N.º 2

2.º Semestre Curricular

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	ÁREA CORDIS
			TOTAL	CONTACTO		
Tecnologia Educativa	CE	Semestral	84	TP-38	3	05.07.04.04.00.00.00
Educação Intercultural	CE	Semestral	84	TP-38	3	não existe código aplicável
Desenvolvimento Curricular	CE	Semestral	84	T-25	3	05.07.01.06.00.00.00
Investigação em Educação Musical	MUS	Semestral	168	TP-50	6	02.01.05.03.11.00.00
Práticas de Observação em Educação Musical	IPP	Semestral	84	PL-25	3	05.07.01.13.00.00.00
Desenvolvimento de Projectos em Educação Musical	MUS/MD	Semestral	168	TP-50	6	05.07.01.13.00.00.00
Didáctica Musical II	MUS/MD	Semestral	168	TP-50	6	05.07.01.13.00.00.00

QUADRO N.º 3

3º e 4º Semestres Curriculares

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	ÁREA CORDIS
			TOTAL	CONTACTO		
Prática Pedagógica	IPP	Anual	1176	S-90; E-660; OT-10	42	05.07.01.20.00.00.00
Necessidades Educativas Especiais	CE	Semestral	84	TP-38	3	05.07.04.02.00.00.00
Organização e Gestão do Ensino	CE	Semestral	84	TP-25	3	05.11.04.04.01.00.00
Seminário I (Apoio à Prática Pedagógica)	MUS/MD	Semestral	84	S-45	3	05.07.01.20.00.00.00
Deontologia Profissional	IPP	Semestral	84	T-25	3	05.08.00.00.00.00.00
Seminário II (Apoio à Prática Pedagógica)	MUS/MD	Semestral	168	S-60	6	05.07.01.20.00.00.00

T: Aulas teóricas; TP: Teórico-prática; PL: Práticas laboratoriais; OT: Orientação tutorial.